



Resenha

DEL VALLE, JOSÉ. **LA LENGUA, ¿PATRIA COMÚN?: IDEAS E IDEOLOGÍAS DEL ESPAÑOL**. VERVUERT: IBEROAMERICANA, 2007.

David Batista de Jesus Travassos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Submetido em: 10/01/2021
Aceito em: 24/11/2021
Publicado em: 30/12/2021



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG
– CEP 317131-001 - Brasil



David Batista de Jesus Travassos

Doutorando em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui graduação em Letras Português-Espanhol pelo Fundação Educacional Unificada Campograndense (2018), mestrado em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020), ensino-fundamental-primeiro-graupelo Colégio Barão de Santa Margarida (2011) e ensino-medio-segundo-graupelo Colégio Estadual Montebello Bondim (2014). Atualmente é Membro de corpo editorial da LABORHISTÓRICO, Bolsista CAPES da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística. Atuando principalmente nos seguintes temas: desinência (-ra), desinência (-se), Imperfeito do subjuntivo, Língua espanhola, Sociolinguística e Variação linguística.



<http://lattes.cnpq.br/9373412712470273>



<https://orcid.org/0000-0002-6281-8831>



DEL VALLE, JOSÉ. **LA LENGUA, ¿PATRIA COMÚN?: IDEAS E IDEOLOGÍAS DEL ESPAÑOL**. VERVUERT: IBEROAMERICANA, 2007.

David Batista de Jesus Travassos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)¹

Políticas e ideologias na língua espanhola: o que define a língua que falamos?

O capítulo aqui resenhado intitula-se “*Lengua, patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico*”, autoria de José del Valle. Neste capítulo, o autor pretende analisar os discursos que emergem dos espaços institucionais nos quais se desenham e se implementam a promoção da língua espanhola. Valle aponta a existência de uma tensão entre a rejeição explícita da ideologia do *nacionalismo lingüístico* e a adoção implícita dos esquemas conceituais dessa mesma ideologia. O autor apresenta como marco dessa tensão a aprovação da Constituição Espanhola em 1978, marcada pela tentativa de definir a Espanha como Estado-nação e, por consequência, de adotar um modelo apropriado para a organização administrativa do Estado. Esse projeto de modernização e construção nacional enfrentou complexos problemas linguísticos, visto que tiveram que lidar com o caráter plurilíngue do país na tentativa de estabelecer uma língua nacional. Embora houvesse respaldo na constituição (art. 3), no sistema dos Estatutos das Autonomias e das respectivas leis

¹ e-mail: david-batista19@hotmail.com.br



de normalização linguística nas comunidades autônomas, as disputas sobre qual língua falar e ensinar persistiram e ainda persistem. O objetivo dessas políticas linguísticas era inverter o cenário no qual as línguas das comunidades estavam sendo substituídas pelo espanhol, no entanto Valle aponta práticas que vão contra essa perspectiva. Portanto, José del Valle, a fim de sustentar sua tese, nos apresenta as estratégias e/ou argumentos, levantados por aqueles que defendem a unitariedade da língua espanhola, em território nacional e internacional, em detrimento das línguas, em termos geográficos e populacionais, minoritárias das comunidades. Sobre esse capítulo, três pontos serão comentados: *hispanofonía*; *rentabilidade*; e *nacionalismo linguístico*.

Ponto 1: Hispanofonía: a língua espanhola como símbolo internacional, ideia de pertencimento comunitário.

As instituições imbuídas de poder tentaram estabelecer o espanhol como símbolo internacional sob o rótulo de hispanofonía. Esse empreendimento foi conduzido através da construção de uma consciência comunitária coletiva, pautada no movimento cultural denominado *hispanismo* ou *hispano-americanismo*. Foi através da ideia de que uma cultura espanhola comum, materializada na língua espanhola e existente em ambos os lados do atlântico, que constituía a base de uma entidade política e economicamente operativa, que se construiu a ideia de *hispanofonía*: “*una ideología lingüística [...] un sistema de ideas, o mejor, de ideologemas, entorno al español históricamente localizado que concibe el idioma como la materialización de un orden colectivo en el cual España desempeña un papel central.*” (Valle, 2007, p.



37-38), isto é, uma identidade coletiva compartilhada por aqueles que falassem a língua espanhola. Desse modo, o espanhol como símbolo internacional consiste de uma estratégia de união dos países de fala hispânica a fim de compor uma soberania da língua espanhola, como língua e nação de poder. Esse movimento de hispanofonia surge em razão do desafiador projeto de construção nacional a fim de promover a língua espanhola em detrimento dos movimentos nacionalistas das comunidades autônomas, e em detrimento da perda das colônias em razão de seus próprios processos de construção nacional.

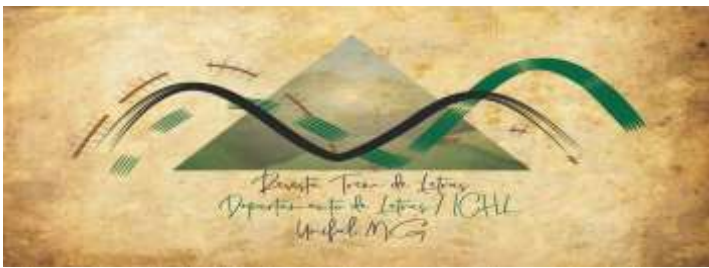
Ponto 2: Ideologema de Rentabilidade: o espanhol como recurso econômico

A fim de preservar a língua espanhola como uma entidade uniforme em todos os cantos em que essa língua foi institucionalizada e promovida (internacionalmente), outro ideologema produzido foi o da *rentabilidade*. Defende-se o espanhol, como recurso econômico, dada a relativa facilidade dos aprendizes para com a língua e pela facilidade de entrada no mercado econômico. Esta última atribuição está intrinsecamente relacionada com a promoção da língua espanhola como ferramenta para alcançar o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a língua, como capital econômico, poderia potencializar os benefícios (claramente financeiros) das empresas privadas. Dada a propriedade “*lengua de encuentro*” atribuída à língua espanhola nessas políticas linguísticas de promoção, normatização e normalização, houve um crescente processo de apropriação da língua espanhola nos Estados Unidos, ou seja, as políticas relacionadas à população hispânica nesse país teria sido o *locus* de evidenciamento do espanhol como língua de mercado. De acordo com o autor, esse processo estaria relacionado à visão do espanhol como *ativo econômico*.



Ponto 3: A ideologia do nacionalismo linguístico

Nacionalismo linguístico é um dos discursos que articula língua e identidade grupal, definidos pela ideia da existência de uma entidade nacional, com base nos movimentos políticos nacionalistas. Estes se distinguem através de dois parâmetros: o modo concreto de definir a nação (critérios políticos ou éticos, por exemplo) e as funções que sua defesa desempenha (separatismo, expansionismo etc.). Através dessa matização, Valle analisa o primeiro parâmetro nos discursos nacionalistas e aponta que alguns movimentos tendem a dar ênfase ao caráter subjetivo da nação; outros preferem afirmar a substância cultural. Posto isso, de acordo com o autor, em algumas versões do *nacionalismo linguístico*, tende-se a assumir um determinismo linguístico no qual o desaparecimento da língua supõe o desaparecimento de uma forma de ver o mundo. Em outras versões costumam se tornar elemento representativo da nação. Com isso, o autor evidencia o fato de que as nações se definem discursivamente a partir de elementos/aspectos constitutivos, propriedades nacionais, que lhes convenha, segundo as necessidades específicas do contexto político concreto, a fim de mostrar que esse discurso marca uma visão que promove, na Espanha, uma ideologia linguística que desassocia o espanhol como marca identitária para que se converta em língua pan-hispânica, assumindo o caráter expansivo e internacional. Uma língua neutra para ser preenchida internacionalmente, desnacionalizada.



Enlace externo

Lagares e Saavedra (2013, p. 15) apontam que o conceito de política linguística, apresentada por Calvet e seguida por muitos autores, seria de

um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão.

Tais decisões, em alguns casos, levam em consideração apenas o que o fomento/promoção de determinada língua pode retribuir/contribuir economicamente/politicamente. Tendo em vista o Ponto 2, é o caso do a língua espanhola. Por consequência, essas políticas linguísticas acabam contribuindo para o apagamento de vozes (Cavalcanti, 2013) da sociedade, silenciamento de indivíduos, reprimindo grupos, geralmente marginalizados e que correspondem a uma minoria. Outro exemplo, em relação à escolha de qual língua ensinar, pensada puramente sob o viés mercadológico, é a imposição da língua inglesa no currículo como sendo a única capaz de promover a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social. Nas linhas iniciais do capítulo que trata do ensino de inglês como língua franca, a BNCC (2017, p. 241) diz o seguinte:

Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses



peçoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias.

Ou seja, primeiro temos, logicamente, a suposta causa da efetiva necessidade de aprender o inglês, dado que vivemos em um “mundo social cada vez mais globalizado e plural” e que “as fronteiras [...] estão cada vez mais difusas e contraditórias”; segundo, por oposição, as outras línguas não promovem o “engajamento e participação dos alunos em um mundo social”. Essa relação de causa e consequência alude à venda de um produto. Se você não compra o produto x, não poderá ter acesso a esses benefícios específicos. De acordo com Bohn (2000, p. 125):

O poder político e ideológico sendo dominados pelo poder econômico e a cultura subjugada aos condicionamentos da lucratividade das empresas, torna-se difícil definir o ensino de línguas como um bem educacional e cultural, e parece bem mais fácil apresentá-lo como um produto, uma habilidade necessária para a competitividade da globalização.

Bohn (200) expõe a grave realidade das políticas linguísticas que tendem a estar dependentes de uma ideologia mercadológica, de uma prática exclusivamente com fins lucrativos. Nesse sentido, tais práticas, que Lagares (2018) chama de “*Gltopolíticas*”, dado que qualquer ação/reflexão sobre a língua é uma forma de intervenção sobre a mesma, estariam relacionadas às *práticas liberais*, caracterizada pelo favorecimento “a penetração ou a manutenção da ideologia dominante.” (Lagares, 2018, p. 35).

Nesse cenário, algumas questões são levantadas: a escolha de quais línguas ensinar e de qual não seria um problema exclusivamente mercadológico, econômico? A sobrevivência de uma língua depende de quê? Qual a relevância e quais funções



sociais estariam ligadas ao espanhol como língua nacional e internacional? A sobrevivência das línguas das comunidades autônomas da Espanha estaria condicionada a quê?

O texto aborda questões de extrema importância, desde uma perspectiva internacional, nacional (Espanha) e particular, tendo em vista a realidade das políticas linguísticas do Brasil. O texto propõe uma desconstrução da defesa do espanhol e outras línguas, sob o viés exclusivamente econômico, ressaltando o caráter legítimo do ensino da língua espanhola e outras línguas, desde uma perspectiva plurilíngue. Portanto, de extrema relevância para especialistas e não especialistas da língua.

Referências

BOHN, H. I. Os aspectos 'políticos' de uma política de ensino de línguas e literaturas estrangeiras. *Linguagem & Ensino*, Vol. 3, No. 1, 2000, p. 117-138.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CAVALCANTI, M.C. Educação linguística na formação de professores de línguas: intercompreensão e práticas translíngues. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística Aplicada na Modernidade Recente - Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 211-226.

GARCEZ, P.M. Observatório de políticas linguísticas no Brasil: metas para a Linguística Aplicada. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 79-92.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2018.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal?. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 19-42.



SAAVEDRA. M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*. Publicação dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Niterói, n. 32, 1 sem. 2012, p. 11-27.

VALLE, José. *La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español*. VERVUERT: IBEROAMERICANA, 2007.